

RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA) E AS MUDANÇAS NA CATALOGAÇÃO

Iuri Noimann Hatsek¹
Araci Isaltina Andrade Hillessein²

Eixo Temático: Novos rumos da catalogação

Resumo: A diversidade informacional desenvolvida amplamente no século XXI trouxe novas tendências na representação dos recursos bibliográficos. Mesmo depois de serem feitas revisões e atualizações no Código de Catálogo Anglo-Americano, suas regras ainda são voltadas especificamente para o mundo analógico, em que as informações eram descritas em catálogos de fichas. A inovação dos conceitos e práticas da catalogação, levou a criação do *Resource Description and Access* (RDA), um novo código voltado para era digital, revolucionando a descrição bibliográfica de recursos informacionais. Por intermédio da pesquisa bibliográfica, o trabalho tem como objetivo apresentar as mudanças ocorridas na catalogação, por meio de um estudo comparativo entre o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR) e o *Resource Description and Access* (RDA), relacionando os principais aspectos encontrados na literatura. Destaca-se que uma das mais significativas modificações provocadas pelo RDA é a melhoria da navegação no catálogo e da visualização de seus registros bibliográficos pelos usuários.

Palavras-chave: Catalogação. Código de Catalogação Anglo-Americano. Resource Description and Access (RDA).

Abstract: The diversity informational developed widely in the XXI century, brought new dispositions in the representation of bibliographic resources. Even after made revisions and updates to the Anglo-American Cataloguing Rules, its rules are still oriented specifically for the analog world, where information was described in printed catalogues. The innovation of the concepts and practices of cataloguing, has led to the creation of the Resource Description and Access (RDA), a new code geared toward to digital age, revolutionizing the bibliographic description of informational resources. The purpose of this article is, by means the bibliographical research, present the changes entailed in cataloguing, by comparison of the Anglo-American Cataloguing Rules (AACR) and the Resource Description and Access (RDA), listing the main findings in the literature. It is worth highlighting that one of the most significant changes brought about by the RDA is to improve navigation in the catalog and viewing their bibliographic records by clients.

Keywords: Cataloguing. Anglo-American Cataloguing Rules. Resource Description and Access (RDA).

Resumen: La diversidad de información desarrollado ampliamente en el siglo XXI, trajo nuevas tendencias en la representación de los recursos bibliográficos. Incluso después de hacer las revisiones y actualizaciones del Código de Catalogación Anglo-Americano, sus reglas siguen orientados específicamente para el mundo analógico, donde la información se describe en catálogos de fichas. La innovación

¹ Contato: <inhatsek@gmail.com>. Universidade Federal de Santa Catarina.

² Contato: <aracihill@gmail.com>. Universidade Federal de Santa Catarina.

de los conceptos y prácticas de catalogación, llevó a la creación del Resource Description and Access (RDA), un nuevo código frente a la era digital, la revolución de la descripción bibliográfica de los recursos de información. Por medio de investigación bibliográfica, el trabajo tiene como objetivo presentar los cambios producidos en la catalogación, a través de una comparación del Código de Catalogación Anglo-Americana (AACR) y el Resource Description and Access (RDA), una lista de los principales hallazgos que pueden encontrar en la literatura. Cabe señalar que uno de los cambios más importantes introducidos por el RDA es la mejora de la calidad en la navegación en el catálogo y de la visualización de sus registros bibliográficos por los usuarios.

Palabras clave: Catalogación. Código de Catalogación Anglo-Americana. Resource Description and Access (RDA)

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) gerou mudanças significativas no contexto das bibliotecas, que há poucas décadas atrás eram constituídas por fichas catalográficas, catálogos manuais e bases teóricas fundamentadas em modelos do século XIX. Os avanços tecnológicos criaram novas exigências de descrição bibliográfica em virtude do surgimento de recursos digitais, conforme Silva et al. (2012, p.114), a realidade digital presente com a *Web* caminhou para uma nova abordagem, tendo como princípio o foco nos usuários e suas necessidades na obtenção da informação. Neste cenário, uma revisão para ir ao encontro das novas necessidades conceituais e formais da descrição bibliográfica fez-se necessária, constatando-se não ser possível somente uma revisão das regras existentes e estabelecidas no Código de Catalogação Anglo Americano – 2.ed. (AACR2).

As atualizações do AACR2 não comportam as inovações tecnológicas, tornando difícil definir a representação e categorização dos novos suportes informacionais. Segundo Santos e Correia (2009 apud MODESTO, 2010), a catalogação é um processo essencial para descrever e padronizar informações representadas, que se constrói a partir de regras que estabeleçam ao máximo a uniformidade das interpretações individuais, visando garantir a unicidade do item tratado e, ao mesmo tempo, sua universalidade. Isso em qualquer idioma e tipo de unidade de informação, por catalogadores e usuários nos diversos ambientes informacionais. Os códigos de catalogação são necessários para determinar as

formas de representação que satisfaçam os usuários da informação, em âmbito internacional.

Os usuários de bibliotecas estão cada vez mais independentes no mundo digital. Por conseqüência, esses usuários se tornam mais exigentes quanto à recuperação de informações em sistemas automatizados de bibliotecas, porque diante da facilidade e rapidez na busca de informações na internet, os catálogos de bibliotecas ainda não oferecem uma navegabilidade razoável, representação e/ou acesso para os recursos bibliográficos. Dessa forma, observa-se a necessidade de realizar uma transformação quanto à visão do catálogo e da catalogação tradicional focando mais o usuário e suas demandas, do que as regras em si.

Fernandes et al. (2005, p, 26) enfatiza que o desenvolvimento tecnológico chegou a um ritmo muito intenso. A informação é fundamental para o homem. A velocidade com que as informações são geradas cria a necessidade permanente de atualização pelas pessoas. Ênfase é dada a comunicação, um volume enorme de informação é transmitido a distâncias cada vez maiores em tempos progressivamente menores. O acesso a informações específicas possibilita às pessoas vantagens de ação antes inexistentes. O homem passa a ser encarado como um processador e um agregador de informações

Diante destas questões e passados quarenta anos da Declaração dos Princípios de Paris (1961) as práticas e normas da catalogação precisaram ser reexaminadas e alteradas. Nesse sentido, a partir de 1997, iniciou-se uma série de estudos que visavam a revitalização do código de catalogação vigente, dando origem ao hoje conhecido *Resource Description and Access* (RDA).

Com os avanços tecnológicos e o surgimento de inúmeros recursos digitais, novas exigências são necessárias na descrição bibliográfica. Para Silva et al. (2012) a realidade digital presente na Web, gerou novas abordagens, tendo como princípio norteador o foco nos usuários e suas necessidades na obtenção da informação relevante, precisa e em tempo real.

Este artigo apresenta parte de pesquisa mais ampla e que tem como objetivo geral conhecer os conceitos e as características do RDA, distinguindo como ocorre a organização e o tratamento da informação, em comparação com a AACR2. Baseia-se em estudos identificados na literatura e, dentre os objetivos específicos, compara

o RDA ao AACR2, relacionando os principais aspectos entre ambos, caracterizando-se como uma pesquisa bibliográfica.

2 RESOURCE DESCRIPTON AND ACCESS (RDA)

Em virtude do surgimento de novos recursos de informação, e por mais que novas atualizações sejam realizadas, o modelo do AACR2 não é flexível o suficiente para abranger as inovações recorrentes da evolução tecnológica. Para Assumpção e Santos (2009) em decorrência dos avanços tecnológicos surgiram novos ambientes informacionais, novos tipos de recursos, novos suportes de conteúdos, novas formas de acesso e usuários cada vez mais exigentes. Diante desse novo contexto, percebeu-se a necessidade de verificar as técnicas e metodologias da catalogação, a fim de reavaliar o seu papel.

O Código Internacional de Catalogação é necessário para viabilizar a construção de formas de representação que satisfaçam os usuários da informação, de forma precisa e relevante, permitindo também a interação entre sistemas. Nesse sentido, Lourenço (2005, p. 21) destaca que:

A visão do código de catalogação, como fonte de consulta para a resolução de processos de representação, ressalta o papel deste instrumento como manancial de experiência prévia acumulada, preservando-se tipos e características do incontável número de itens que serviu para proporcionar paulatinamente a criação das regras hoje sistematizadas. Ressalta-se, entretanto que o conhecimento não é estático e novas necessidades sempre surgem impulsionando atualização dos referidos instrumentos.

Tendo em vista que os usuários de unidades de informação estão mais independentes no mundo digital, diante da facilidade e rapidez na busca de informações na internet, quanto à recuperação de informações em sistemas automatizados de bibliotecas, é condição *sine qua non* que os catálogos de bibliotecas se modifiquem urgentemente, pois não oferecem navegabilidade adequada, representação e acesso para os recursos bibliográficos.

Dessa maneira, tendo em vista revisar as regras do Código de Catalogação Anglo Americano, várias ações foram realizadas, como:

a) a *International Conference on the Principles and Future Development of AACR* (Conferência Internacional sobre o Futuro e os Princípios do Desenvolvimento do AACR), 1997, Toronto/Canadá: Formada pelo *Comitê of Principals (CoP)* (Comitê

dos Diretores) visando discutir as regras desatualizadas do código, os avanços tecnológicos, o surgimento de novos suportes de informação e sobre as novas exigências e expectativas dos usuários de informação. Nesse evento, planejou-se a criação de uma terceira edição para o AACR2, sendo chamado de AACR3, que começou a ser desenvolvido em 2004 visando ter regras atuais, simplificadas e com maior coerência;

b) em dezembro de 2004, o rascunho da primeira parte do até então AACR3, foi submetido para avaliação, sendo identificado na Parte I do Código, a necessidade de ajustes;

c) em abril de 2005, foi adotado um novo título para o projeto, mais voltado para o ambiente digital, em virtude da nova tendência de publicações, dos novos formatos e de diversos métodos de acesso. A partir desta data, o Joint Steering Committee (JSC) determinou que o AACR3 passaria a se chamar de Resource Description and Access (RDA) (Descrição para Recursos Bibliográficos e Acesso - RDA) e passou a promover encontros para tratar sobre o desenvolvimento dessas novas regras. Estes encontros foram denominados de International Meetings of Experts for International Cataloguing Code (IMEICC) (Encontro de Especialistas para um Código de Catalogação Internacional).

Aconteceram cinco encontros: primeiro encontro em Frankfurt, Alemanha, em agosto de 2003; segundo encontro regional em Buenos Aires, Argentina, em agosto de 2004; terceiro encontro realizado no Cairo, Egito, em dezembro de 2005; quarto encontro regional para os países asiáticos, realizado na Biblioteca Nacional da Coreia do Sul, em agosto de 2006; quinto e último encontro IMEICC para os países da África, SubSaara, em agosto de 2007.

Desses encontros, resultou que a estrutura dos produtores das AACR2 permaneceria a mesma no RDA. Os esforços do Canada, EUA e Grã-Bretanha resultaram na cooperação da elaboração dos códigos atuais, que contou com o acréscimo da Austrália que iniciou as suas atividades de cooperação em 1980. Desde então o grupo permanece intacto. Conforme Silva et al. (2012, p. 117) o grupo é constituído da seguinte forma:

a) *Committee of Principals* (COP): com a função de supervisionar todos os trabalhos;

b) *Joint Steering Committee* (JSC): que desenvolve o conteúdo da RDA e mantém as revisões e mudanças quando necessário;

c) *Co-Publishers*: que publicam a obra desenvolvida pelo JSC;

d) *Trustees* ou *Fund Committee*: com a função de gerenciar a parte financeira.

Em conjunto com a *International Federation of Library Associations* (IFLA) e o JSC, responsáveis pelo *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) e o *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD), o desenvolvimento do RDA foi realizado em parceria com outros grupos colaborativos, dentro e fora da comunidade bibliotecária, tais como:

a) *Dublin Core* e outras comunidades da Web Semântica, visando comparar os modelos conceituais e padrões usados por cada uma delas.

b) O *Library of Congress Network Development Office* e o *MARC Standards Office*, para garantir a compatibilidade do RDA com o MARC 21.

c) O *IFLA Meeting of Experts on an International Cataloguing Code*, (IME ICC), responsável por revisar e atualizar os ‘Princípios de Paris’, tornando-os princípios para o século 21.

d) A comunidade produtora de publicações, que desenvolveu uma lista terminológica, baseada no padrão ONIX, para uso por comunidades das áreas bibliográficas e de publicação (JOINT STEERING COMMITTEE FOR A REVISION OF ANGLO AMERICAN CATALOGUING RULES, 2007).

Para Tillett (2007b, p. 91), o termo *resource* (recurso) foi adotado para nomear o novo código por expressar melhor os materiais presentes em coleções de bibliotecas ou “as coisas que venham a ser parte do grande universo bibliográfico”. Afirma ainda que “outra recomendação foi usar somente os termos dos FRBR quando eles refletissem corretamente a intenção da regra”. Desta forma, o RDA recebeu esse nome por ser mais abrangente do que os outros códigos de catalogação existentes e por propor um padrão inovador para descrever recursos e por ser projetado para acesso e uso em ambientes digitais. Segundo Joint (2006), o RDA é caracterizado como um novo padrão de descrição e acesso de recursos, projetado para o mundo digital. Construído nas bases estabelecidas pelo Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2), o RDA fornecerá um amplo conjunto de orientações e instruções para descrição e acesso de recursos englobando todos os tipos de conteúdo e suporte. O RDA possibilita que os usuários de catálogos de

bibliotecas e outras unidades de informação encontrem, identifiquem, selecionem e obtenham recursos apropriados para a informação que necessitam.

No final de 2005, o rascunho da Parte I do RDA foi encaminhado para uma nova revisão, ficando pronto gradativamente, com a apresentação de alguns capítulos em 2006 e 2007. Mas, foi em outubro de 2007 que o JSC implantou a nova estrutura para o RDA quebrando barreiras com o AACR2: o modelo *Functional Requirements for Bibliographic Data* (FRBR) e *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD). Oliver (2011, p. 1) explica que:

Como as AACR, a RDA consiste num conjunto de instruções práticas, que, no entanto, baseia-se numa estrutura teórica que define a forma, a estrutura e o conteúdo desta nova norma. A chave para se compreender a RDA está em sua harmonização com dois modelos conceituais, a saber, o Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR) [Requisitos Funcionais para Registos Bibliográficos] e o Functiona IRequirements for Authority Data (FRAD) [Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade]. O modelo FRAD é uma extensão do modelo FRBR, e ambos constituem uma forma de compreender o universo bibliográfico.

Compreende-se, portanto, que os modelos conceituais visam contribuir para o agrupamento de registos bibliográficos com o objetivo de apresentar as relações entre obras e seus autores de forma diferente e inovadora, tornando claro para os usuários as diferenciações de obras com edições, formatos físicos e traduções das obras, complementado por Oliver (2011, p. 2) quando discute que o RDA adota:

como ponto de partida a estrutura teórica que se acha expressa nos modelos FRBR e FRAD. Esse arcabouço teórico constitui uma nova forma de pensar a respeito de dados bibliográficos e de autoridade. Essa mudança de metodologia está presente em toda a norma, na organização e estrutura das instruções e no seu conteúdo.

A Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, publicada primeiramente em 1961 e, posteriormente em 2009, atribui os requisitos funcionais para recursos bibliográficos em seus conceitos, visando atender as demandas informacionais dos usuários em pesquisas nos mais variados catálogos. Isso significa que os FRBR irão auxiliar, de forma mais apropriada, às tarefas dos usuários.

O RDA, contudo, é um esquema que prioriza o registro de dados, deixando a forma de apresentação destes dados para o FRBR, não necessitando de regras para a sua apresentação, ou seja, é independente do uso de ISBD's e pontuações gráficas, conforme o AACR2.

Segundo o Joint (2007) as vantagens do RDA são:-

- a) enfoca a informação necessária para descrever um recurso;
- b) os usuários são capazes de usar o conteúdo do RDA com esquemas codificados, como: Dublin Core, MARC 21, Metadata Object Description Standard (MODS), entre outros;
- c) a estrutura está construída a partir dos modelos conceituais dos FRBR e FRAD, ajudando os usuários do catálogo a encontrar com mais facilidade a informação que necessitam;
- d) provê uma estrutura flexível para a descrição de conteúdo de recursos digitais, atendendo as necessidades das bibliotecas na organização de recursos tradicionais;
- e) provê uma adaptação às tecnologias de bases de dados emergentes, tornando as instruções mais eficientes no levantamento, armazenagem e recuperação de dados;
- f) trabalha sobre os pontos fortes do AACR2, ou seja, os registros criados, usando o RDA, serão compatíveis com os registros AACR2, sendo assim os catalogadores não precisam catalogar novamente os registros antigos. As instruções do RDA para escolha e forma de entrada originam-se das instruções constantes do AACR2. Enquanto a forma de alguns cabeçalhos mudou com o RDA, a implementação de mudanças é facilitada por sistemas on-line cada vez mais sofisticados.

Portanto, percebe-se que o modelo conceitual dos requisitos funcionais para registros bibliográficos é um elemento vital na estrutura do RDA que, de acordo com Oliver (2011, apud Silva et al., 2012, p. 114) está pautada no conjunto de instruções práticas, baseada em conceito teórico que define a “forma, a estrutura e o conteúdo desta nova padronização”. Considera que os princípios conceituais estão pautados no FRBR e o FRAD, sendo que o “FRAD é um prolongamento do modelo FRBR para dados de autoridade”. Esse autor ainda complementa ao afirmar que ambos os modelos “identificam e coletam os dados utilizados pelo usuário no processo de pesquisa que formarão uma massa de informação essencial para a otimização dos recursos de todo o processo”.

O RDA comporta em sua estrutura características que permitem abranger todos os suportes de informação de forma mais estruturada do que o AACR2. Castro

(2008, p. 87) explica que:

Ao ser comparado com o código em exercício - AACR2 pode-se verificar notórias diferenças com relação à estrutura do RDA. O AACR2 contempla atualmente duas partes: Description (descrição) e Access (acesso). No RDA percebemos a inserção de alguns elementos, como por exemplo, na parte A (Descrição) onde estão agregados os Relationship (Relacionamentos) dados pelo modelo de relacionamento FRBR, ou seja, a parte A é agora descrição e relacionamento e abarca o conteúdo dos registros bibliográficos. Já a parte B Access Point Control (Controle de Pontos de Acesso) abarca o conteúdo de autoridade dos registros bibliográficos.

Nas palavras de Mey e Silveira (2009, p. 126), “o RDA não apresenta as pontuações estabelecidas como precedentes e sucedentes a cada área da descrição bibliográfica, como prescritas na ISBD”. Silva et al. (2012, p. 115) acrescentam que o RDA:

é uma norma de conteúdo e sua função é criar um grupo robusto de informações que alimentam as bases de dados atuais, além de criar estrutura para os novos desafios de coleta e consulta de informação no futuro. Esta norma oferece uma série de instruções; instrui quais dados armazenar e como o fazer. Estes dados são analisados e distribuídos de maneira a serem utilizados de modo pertinente. Uma informação encontra-se com outra e muitas vezes de forma desarmônica e do cruzamento de dados surgem resultados inesperados, novas derivações, são os chamados metadados, que poderíamos resumir em: dados sobre outros dados. São como uma trama de informações que funcionam relacionando elementos de uma maneira inteligente em um ambiente de rede.

Para atender a demanda da catalogação, o RDA está estruturado em duas seções principais, divididas entre a parte A: Recording Attributes (Registro de Atributos) e parte B: Recording Relationships (Registro de Relações), somando o total de dez seções, como pode ser observado a seguir:

Registro de atributos

Seção 1 – Registro de Atributos para manifestação e item – Cap.1-4

Seção 2 – Registro de atributos para obra e expressão – Cap. 5-7

Seção 3 – Registro de atributos para pessoas e entidades – Cap. 8-11

Seção 4 – Registro de atributos para conceito, objeto, evento e lugar – Cap. 12-16

Registro de relações

Seção 5 – Registro básico para relações entre obra, expressão, manifestação e item – Cap. 17

Seção 6 – Registro das relações para pessoas e entidades – Cap. 18-22

Seção 7 - Registro das relações para conceitos, objetos, eventos e lugares associados com a obra – Cap. 23

Seção 8 – Registro das relações entre obras, expressões, manifestações e itens – Cap. 24-28

Seção 9 - Registro das relações entre pessoas e entidades – Cap. 29-32

Seção 10 – Registro das relações entre conceitos, objetos, eventos e lugares – Cap. 33-37.

- Apêndices

A - Uso de maiúsculas

B – Abreviaturas

C – Artigos iniciais

D – Sintaxe do registro para descrição do dado

E – Sintaxe do registro para controle do ponto de acesso

F – Cabeçalhos para pessoas

G – Títulos de nobreza, termos de classificação, etc.

H – Datas do calendário cristão

I-L – Designadores de relacionamentos

- Glossário

- Índice

O RDA é composto por 38 capítulos (primeiro capítulo é o zero e o 37 o último), sendo que o primeiro capítulo de cada seção é destinado para orientações gerais. A primeira parte corresponde aos “Atributos”, definidos no FRBR e FRAD, a segunda parte corresponde aos “Relacionamentos” definidos no FRBR e FRAD. Silva et al. (2012) afirma que nem todos os seus capítulos estão desenvolvidos. O RDA foi lançada no ano de 2009, e esta versão serve de referência para o aperfeiçoamento e conclusão dos capítulos em desenvolvimento.

Dessa forma, por meio da estrutura do novo código de catalogação, observa-se que as mudanças ocorridas acompanham o desenvolvimento dos suportes tecnológicos. A reestruturação dos conceitos e práticas da descrição bibliográfica otimizam a recuperação de informações no contexto da era tecnológica.

Na composição do RDA se nota a primeira diferença com o AACR2. Por ser uma ferramenta com acesso via Web, possibilita suporte constante ao catalogador, além de disponibilizar atualizações e treinamentos, cabendo a cada catalogador

explorar o sistema, aprofundando seus conhecimentos. Outra diferença ocorre na organização dos capítulos, que deixam de ser separados pelo tipo de material, e passam a ser categorizados pelos objetivos das tarefas, permitindo aos usuários identificar e relacionar as informações pesquisadas (TILLET, 2010).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa vem sendo desenvolvida pela autora, aprovada pelo Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Santa Catarina, complementando as ações didáticas em sala de aula e de orientação de trabalhos de conclusão de curso de graduação em biblioteconomia.

Este artigo apresenta parte dos dados investigados pelo autor acadêmico, durante seu TCC, caracterizando uma pesquisa bibliográfica, tendo como objetivo geral conhecer os conceitos e as características do RDA para distinguir a organização e o tratamento da informação, tendo como base estudos identificados na literatura. Quanto aos objetivos específicos, determinou-se: identificar e analisar os conceitos e as características do RDA; descrever o impacto e as mudanças do RDA sobre a catalogação; comparar o RDA ao AACR2 relacionando os principais aspectos encontrados na literatura.

Foi realizado um levantamento bibliográfico, tendo como base os relatórios produzidos pela International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA); teses e dissertações nacionais sobre o assunto; livros e artigos científicos publicados nos últimos dez anos, no idioma português.

As fontes consultadas para analisar a produção científica referente à Catalogação foram os periódicos on-line de Biblioteconomia e Ciência da Informação, disponíveis no site da Associação Nacional em Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), sendo: Brazilian Journal of Information Science (BJIS); Ciência da Informação; Datagrama zero; Encontros Bibli; Informação e Informação; Informação & Sociedade: Estudos; Liinc em Revista; Perspectivas em Ciência da Informação; Ponto de Acesso; Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação; Revista Ibero-americana de Ciência da Informação; Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação; e Transinformação, de 2002 a 2012.

Salienta-se que, por ser um assunto recente, a literatura é incipiente, uma vez que no Brasil ainda são recentes os escritos sobre o RDA.

4 RESULTADOS

O RDA é projetado para o ambiente digital, que está de acordo com os princípios internacionais de catalogação e, diferentemente do AACR2, o RDA é um código de estrutura consistente e flexível, aplicável a todo tipo de conteúdo e suporte, além de se adequar, tanto para recursos analógicos ou digitais, quanto se adapta às tecnologias de informação. O RDA se diferencia do AACR2, uma vez que incluiu novos elementos como demonstrado no quadro 1.

AACR2	RDA
26 CAPÍTULOS	37 CAPÍTULOS
PARTE 1: 13 CAPÍTULOS	PARTE 1: 16 CAPÍTULOS
PARTE 2: 6 CAPÍTULOS	PARTE 2: 10 CAPÍTULOS
APÊNDICES DE A-F	APÊNDICES DE A -L

Quadro 1 - Diferenciações na estrutura do AACR2 e do RDA
Fonte: Adaptado de Modesto (2010).

Assim como a sua estrutura, os termos utilizados no RDA foram revitalizados, de acordo com Oliver (2011, p. 43) quando afirma que os “conceitos e terminologias dos modelos desempenham importante papel na construção do RDA”, podendo este, ser utilizado “sem conhecimento prévio”.

O vocabulário adotado no RDA reflete os conceitos e a terminologia dos modelos FRBR e FRAD e as instruções sobre “descrição física” do AACR2 são representadas como “descrição de suportes”. Oliver (2011, p. 42) expõe que ao efetuar o registro de um ISSN ou ISBN, se esta “registrando um identificador para a manifestação”. O autor ainda salienta que “ao invés de títulos uniformes, a RDA faz a diferença entre um ponto de acesso autorizado que representa uma obra e um ponto de acesso autorizado que representa uma expressão”. Da mesma forma que o RDA abandonou o termo “cabeçalho”, adota o termo “ponto de acesso”, conforme representado no quadro 2.

TERMOS DO AACR2	TERMOS DO RDA
Cabeçalho (Heading)	Ponto de acesso (Access point)
Cabeçalho Autorizado (Authorized heading)	Ponto de acesso preferido (Preferred access point)
Entrada Principal (Main entry)	Ponto de acesso primário (Primary access point)
Entrada Secundária/adicional (Added entry)	Ponto de acesso secundário (Secondary access point)
Controle de autoridade (Authority control)	Ponto de acesso controlado (Access point control)
Título uniforme (Uniformtitle)	Título preferido (Preferredtitle)

Quadro 2 - Diferenciações na terminologia
 Fonte: Traduzido e adaptado de Tillett (2007c, p. 45).

O RDA é voltado para os usuários e suas necessidades, porque propõe o uso de elementos fundamentais nos registros bibliográficos possibilitando realizar as suas tarefas básicas. Essa é uma diferença significativa, que quebra barreiras com o AACR2, porque apresenta o registro bibliográfico de forma simples. Portanto, no RDA o uso de abreviaturas é descartado, como pode ser observado no quadro 3.

AACR2	RDA
Abreviaturas	Não abrevia
Adiciona informações entre colchetes.	Transcreve como parece, não acrescenta informações.
Regras complexas para vários lugares e editores.	Registra nomes na ordem encontrada na fonte.
Usar abreviaturas s.l. quando o lugar ou s.n. quando o editor são desconhecidos.	Usa frases para indicar uma informação desconhecida: [Lugar de publicação não identificado]; [Editor não identificado].

Quadro 3 - Abreviaturas AACR2 X RDA
 Fonte: Adaptado de Modesto (2010).

Conforme o quadro 3, são adotadas todas as informações por extenso, tornando as informações contidas nos recursos bibliográficos mais claras para o usuário final da informação. Percebe-se que o RDA não acrescenta informações extras na descrição, que são transcritas da forma que são apresentadas no item. O RDA permite abreviações em elementos transcritos apenas se os dados aparecem em uma forma abreviada na fonte.

O RDA permite abreviações em elementos transcritos apenas se os dados aparecerem em forma abreviada na fonte. No quadro 4 são apresentados alguns exemplos de abreviações:

AACR2	RDA
xvi, 323 p.	xvi, 323 páginas
[93] p.	93 páginas não numeradas
ca. 500 p.	cerca de 500 páginas
3 v. (1457 p.)	3 volumes (1457 páginas)
45, [40] f.	45 folhas, 40 folhas não numeradas
257 [i.e. 257] p.	257, ou seja, 257 páginas
180 p., 30 v. folhas de lâminas [série incompleta]	180 páginas, 30 volumes de folhas de lâminas [série incompleta].

Quadro 4 - Exemplos de abreviações AACR2 X RDA

Fonte: Modesto (2010).

Quanto às designações gerais dos materiais, Delsley (1997) explica que ocorreram algumas modificações na terminologia dos tipos de mídia, tipos de suporte e tipos de conteúdo. O quadro 5 apresenta as alterações.

AACR2	RDA
TIPOS DE MÍDIA	
Recurso eletrônico	Computador
Microforma	Microforma
Gravação de som	Áudio
TIPOS DE SUPORTE	
Tira de filme	Tira de filme
Filme cinematográfico	Rolo do filme
Slide	Slide
Transparência	Transparência
TIPO DE CONTEÚDO	
Material Cartográfico	Cartográfico
Música	Música adotada
Texto	Texto

Quadro 5 - Designações gerais dos materiais

Fonte: Traduzido e adaptado de Delsey (1997).

O RDA apresenta elementos que não existem no AACR2, dentre eles destacam-se: características do arquivo, formato de vídeo, informações sobre custódia (recursos arquivísticos) características de braile, URLs, identificadores de entidades (pessoas, entidades corporativas, obras) e idioma das pessoas, entre outros.

No AACR2, quando existem obras com mais de três autores, representados no mesmo nível de responsabilidade, a regra diz que se deve omitir todos os nomes, exceto o do primeiro autor. Essa regra, conhecida como regra dos três, não é aplicada ao RDA. Se determinado registro bibliográfico possuir cinco autores, os cinco autores estarão discriminados na indicação de responsabilidade, ou seja, o RDA transcreve determinada indicação de responsabilidade de acordo com o que consta na fonte de informação.

Sobre os tipos de responsabilidade, o quadro 6 demonstra as diferenças entre as regras do AACR2 e do RDA para obras que possuem diferentes tipos de autoria.

AUTORIA	AACR2	RDA
Todos os trabalhos são exibidos em um pseudônimo	É utilizado o pseudônimo como título (com referência de ver nome real se conhecido)	O pseudônimo é usado como o nome preferido (use o nome real, como nome variante se conhecido)
Diferentes nomes usados para diferentes tipos de obras	Nome do uso associado a cada tipo de trabalho como para obras desse tipo (ver também com referências entre cabeçalhos)	Nome do uso associado a cada identidade como preferido nome para que a identidade (usar relações de identidades link)
Autores contemporâneos	Nome do uso associado a cada trabalho como título	Nome do uso associado a cada identidade como preferido nome para que a identidade (usar relações de identidades link)
Outras pessoas com mais do que uma identidade	Usar o nome pelo qual a pessoa passou a ser identificada em edições posteriores, obras críticas, ou outra referência (ver com referências de outros nomes)	Nome do uso associado a cada identidade como preferido nome para que a identidade (usar relações de identidades link)

Quadro 6 - Representação de diferentes tipos de autoria.
 Fonte: Adaptado e traduzido de Delsey (1997).

Em relação às modificações realizadas no formato MARC 21, para que o padrão de metadados fique de acordo com as características do RDA, Silva et al. (2012) explicam que as alterações estão sob a responsabilidade da *Machine-Readable Bibliographic Information Committee* (MARBI) (Comitê de Informação Bibliográfica Legível por Máquina). Este comitê é composto por membros (com e sem direito a voto) de unidades ligadas ou não à ALA, mas que têm interesse comum nas questões relativas a padrões de automação de bibliotecas.

Quanto a essa questão, o quadro 7 mostra as diferenças ocorridas nos registros do formato MARC 21 em relação ao RDA, especificamente para os campos 245 (título) e 260 (local de publicação):

	AACR2	RDA
Título	245 10 \$a Tagarelices tecarias sobre tags MARC21 atualizadas \$h [recurso eletrônico] / \$c Fernando Modesto. 300 \$a 1 recurso online	245 10 \$a Tagarelices tecarias sobre tags MARC21 atualizadas / \$c Fernando Modesto. 300 \$a 1 recurso online 336 \$a texto \$2 marccontent 337 \$a computador \$2 marcmedia 338 \$a recurso online \$2 marccarrier
Local de publicação	260 \$a Princeton, N.J. : \$ Princeton University Press, \$c 1999.	260 \$a Princeton, New Jersey : \$b Princeton University Press, \$c copyright 1999.
Sem local de publicação	260 \$a [s.l. : \$b s.n.], \$c 1909	260 \$a [Lugar de publicação não identificado] : \$b [Editor não identificado], \$c 1909

Quadro 7 – Exemplo de registro bibliográfico no MARC 21
Fonte: Adaptado de Modesto (2010).

Apesar das diversas inovações, Oliver (2011) destaca que várias instruções presentes no RDA são basicamente as mesmas encontradas no AACR2. O autor explica que o resultado final das normas são os mesmos, porém, foi alterada a descrição das instruções, com o objetivo de expressar a terminologia e os conceitos dos modelos FRBR e FRAD. No Quadro 8 é demonstrado exemplos do que permaneceu igual em relação ao AACR2.

AACR2	RDA
25.8A - Use o título coletivo Obras para um item que consiste das obras completas de uma pessoa, ou que é apresentado como tal, incluindo obras completas na época da publicação.	6.2.2.10.1 - Registre o título coletivo convencional Obras como o título preferido para uma coletânea de obras que consista ou pretenda ser as obras completas de uma pessoa física, família, ou pessoa jurídica, inclusive as que sejam completas no momento da publicação.

Quadro 8 - Exemplo de regra que permaneceu igual
Fonte: Oliver (2011, p.42).

Assim, fica visível que, com a implementação dos modelos conceituais FRBR e FRAD, houve a inclusão de novas regras e a reconstrução de outras, buscando uma terminologia que caracterize o novo código. Ou seja, o RDA utiliza muitos elementos reestruturados do AACR2, porém, de forma mais organizada, melhor fundamentada e adaptadas para serem aplicadas no ambiente digital.

5 CONCLUSÃO

A base do RDA é fundamentada por elementos existentes do AACR2, porém, reestruturado com maior detalhamento na representação dos dados. Esse

detalhamento evidencia-se na exatidão de pontos de acesso autorizados e na clara identificação das relações de seus atributos.

Uma das mais significativas modificações provocadas pelo RDA é a melhoria da navegação no catálogo e da visualização dos registros bibliográficos pelos seus usuários. Define, igualmente, os elementos dos dados com precisão, mantendo diálogo com outras comunidades de metadados, eliminando práticas confusas de descrição bibliográfica.

Por ser um padrão de conteúdo de dados, o RDA é aplicável para diversos recursos de informação, tais como: documentos bibliográficos, arquivísticos ou museológicos, em formato físico ou eletrônico, e apresenta maior coerência na realização de busca de informação.

O RDA permite que o catalogador insira no registro bibliográfico, informações consideradas pertinentes a cada registro. Dessa forma, o catalogador tem todas as ferramentas necessárias para ajudar o usuário a realizar determinada tarefa, além de concretizar o objetivo das bibliotecas, que é atender da melhor forma às necessidades de seus usuários.

Os dados inseridos pelos catalogadores nos sistemas das bibliotecas devem ser ainda mais coerentes e estar de acordo com os padrões de catalogação estabelecidos internacionalmente, pois os registros têm utilização no presente e no futuro, cada vez mais difundidos, abrangentes e acessíveis em decorrência da era digital.

A aplicação do RDA é viável e tem grande possibilidade de êxito para a solução de problemas relacionados à padronização e interoperabilidade dos dados bibliográficos disponíveis em bases de dados.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, F. S.; SANTOS, P. L. V. A. C. RDA - Resource Description and Access: objetivos, características e desenvolvimento do novo padrão para descrição de recursos e acesso. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFSCAR, 17., 2009, São Carlos. **Anais...** São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2009. Disponível em: <http://www.jornada2009.nit.ufscar.br/cic/uploads/C03/C03-005.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2012.

CASTRO, F. F. de. **Padrões de representação e descrição de recursos informacionais em bibliotecas digitais na perspectiva da ciência da**

informação: uma abordagem do Marcontinitiative na era da web semântica. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Faculdade de Filosofia e Ciências, 2008. Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bma/33004110043P4/2008/castro_ff_me_mar.pdf. Acesso em 23 set. 2012

DELSEY, Tom. Modelling the logic of AACR. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE PRINCIPLES AND FUTURE DEVELOPMENT OF AACR, Toronto. 23-25, 2010. http://collection.nlc-bnc.ca/100/200/300/jsc_aacr. Acesso em: 21 nov. 2012.

FERNANDES, Angela Silva et al. Tecnologia e comunicação. In: MIRANDA, Antonio; SIMEÃO, Elmira (org.) **Informação e tecnologia: conceitos e recortes**. Brasília: UNB, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 2005. p. 22-42.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR A REVISION OF ANGLO AMERICAN CATALOGUING RULES. **A new organization for RDA**. 2007. Disponível em: <http://www.collectionscanada.gc.ca/jsc/rda-new-org.html>. Acesso em: 03 out. 2012

JOINT STEERING COMMITTEE FOR A REVISION OF ANGLOAMERICAN CATALOGUING RULES. **A brief history of AACR**. 2006. Disponível em: <http://www.collectionscanada.ca/jsc/history.html>. Acesso em: 20 de ago. de. 2012

LOURENÇO, Cíntia de Azevedo. **Análise do padrão brasileiro de metadados de teses e dissertações segundo o modelo entidade-relacionamento**. 2005. 165 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola da Ciência da Informação, Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/EARM-6ZGNZC/doutorado_cntia_de_azevedo_louren_o.pdf;jsessionid=9AE9EFFB478F58ED59695FCAAEE670241?sequence=1. Acesso em: 08 set 2012.

MEY, Eliane S. A.; SILVEIRA, Naira C. **Catálogo no plural**. Brasília: Brique de Lemos, 2009.

MODESTO, Fernando. **O divórcio do catalogador: AACR2 ou RDA**. INFOHOME, nov. 2010. Disponível em: http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=559. Acesso em: 13 out 2012.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA: um guia básico**. Tradução de Antonio Agenor Brique de Lemos. Brasília, DF: Brique de Lemos/Livros, 2011. 153 p.

SILVA, Eliana Barboza de Oliveira et al. Conceituação e aplicação do novo padrão para descrição bibliográfica Resource Description and Access (RDA). **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 113-123, jan. 2012. Disponível em: <http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/74/76>. Acesso em: 5 out 2012.

TILLET, Barbara. **O admirável mundo novo do FRBR (versão 5)**. In: REUNIÃO DA IFLA DE ESPECIALISTAS PARA UM CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO INTERNACIONAL, Petróia, 2007a. Disponível em:

[www.imeicc5.com/.../Presentations2c_BraveNewFRBRWorld\(PR\)_Port.pdf](http://www.imeicc5.com/.../Presentations2c_BraveNewFRBRWorld(PR)_Port.pdf). Acesso em: 14 nov. 2012.

TILLET, Barbara. Changes from AACR2 for texts. The Library of Congress Webcasts, 12 Jan. 2010. 52 p. Disponível em: http://www.loc.gov/today/cyberlc/feature_wdesc.php?rec=4863. Acesso em: 11 out. 2012.

TILLET, Barbara. **O que é FRBR?**:um modelo conceitual para o universo bibliográfico. Translated to Portuguese by Dr. Lidia Alvarenga an Dr. Renato Rocha Souza. Washington: Biblioteca do Congresso, Serviço da Distribuição da Catalogação, 2007c. Disponível em: <http://www.loc.gov/catdir/cpsol/o-que-e-frbr.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2012.

TILLET, Barbara. **Visão geral do esboço da declaração dos princípios de catalogação**. 2007b. Disponível em: http://www.imeicc5.com/download/portuguese/Presentations4_Cataloguing%20principles-IME%20ICC%20overview_BT_Port.pdf. Acesso em: 15 nov. 2012.